

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA
CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025**

No dia 06 de junho de 2025, às 15h, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo; Nivaldo Jorge Machado; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Carlos Eduardo Sales de Melo; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Rafael Farias Almeida; Ana Paula de Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Filipe Moura; Josenildo Sinásio; Ianne Raíssa de Sousa Galvão; Francisco Sidney Rocha de Oliveira.** Conselheiras (os) suplentes: **Natália Oikawa; Renato Fonseca.** **PAUTAS:** 01. Validação do documento Processo licitatório – Busca Ativa PNAB - Referência: Art. 8º, §1º da Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura); 02. Eleições do CEPC e Comissões Setoriais. **Rafael Farias** iniciou sua fala destacando que, apesar de as dificuldades para reunir quórum, a reunião pôde ser realizada no dia 6 de junho. Informou que, para otimizar o tempo, deixaria os informes para o final da reunião. Pediu que Yasmim Neves começasse sua explanação e, antes de ela encerrar, ele retornaria com alguns informes e dúvidas, ainda que não estivessem diretamente na pauta, mas que considerava importantes para esclarecimentos. Finalizou passando a palavra para Yasmim, informando que após sua fala abriria para inscrições daqueles que desejassem debater os pontos apresentados. **Yasmim Neves** saudou os presentes e lembrou a reunião anterior, realizada na semana passada. Na ocasião, foi discutido o objeto da busca ativa, sua legislação e o marco regulatório, especificamente o artigo 8º, inciso primeiro, que exige que toda contratação derivada do marco regulatório seja apresentada ao Conselho Estadual de Política Cultural. Em seguida, informou que Carol Zirpoli, gestora do núcleo de municípios da gerência de territorialidades e equipamentos, seria a responsável pela apresentação. A intenção da busca ativa é descentralizar e democratizar o acesso aos recursos da PNAB, atendendo a uma necessidade específica do estado. Além de incentivar a inscrição de agentes culturais em editais, a busca ativa visa capacitar e dialogar com os fazedores de cultura, estando mais próxima dos territórios por meio de balcões de atendimento. Yasmim Neves também mencionou que já havia compartilhado com Amanda a legislação, a apresentação e os ofícios necessários para referendar o processo junto ao conselho. Essa aprovação é crucial para

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

que o processo seja encaminhado à PGE para análise, dada a natureza do valor e por se tratar do primeiro edital/chamamento público construído no estado com base no marco regulatório. Por fim, solicitou que Carol apresentasse o tema. **Carol Zirpoli** iniciou a apresentação do objeto da busca ativa, ressaltando que era o primeiro chamamento público no estado a utilizar o marco regulatório. Ela explicou que o termo "busca ativa" se refere à ida aos territórios com o objetivo de alcançar fazedores de cultura, especialmente aqueles com pouco acesso aos editais estaduais, tanto da PNAB quanto de outros programas. Informou que o processo de busca ativa envolverá três ações principais: a contratação de serviços de pessoa jurídica (com ou sem fins lucrativos) para capacitação de agentes culturais a busca ativa propriamente dita e a implementação de balcões de atendimento. O valor do chamamento foi estabelecido em R\$ 1.199.400,00, ajustado a partir de um quadro comparativo de valores para ações desse tipo. Detalhou a divisão territorial das ações, que serão realizadas em 45 municípios das 12 Regiões de Desenvolvimento (RDs). Mencionou alguns municípios por território: **Região Metropolitana, Mata Norte e Mata Sul:** Abreu e Lima, Araçoiaba, Moreno, Fernando de Noronha (Metropolitana); Glória do Goitá, Condado, Tracunhaém (Mata Norte); Xexéu, Sirinhaém, São Benedito do Sul, Belém de Maria (Mata Sul); **Agreste Setentrional, Central e Meridional:** Frei Miguelinho, Safira, Santa Cruz do Capibaribe (Setentrional); Agrestina, Bonito, Ibirajuba, Tacaimbó (Central); Bom Conselho, Caetés, Itaíba, Paranatama, Tupanatinga (Meridional); **Sertão do Pajeú e Sertão do Moxotó:** Afogados da Ingazeira, São José do Egito, Solidão, Carnaíba, Quixaba (Pajeú); Betânia, Inajá, Sertânia, Arcoverde (Moxotó); **Sertão de Itaparica e Sertão Central:** Mirandiba, Terra Nova, Cedro (Central); Carnaubeira da Penha, Jatobá, Itacaré Sul (Itaparica); **Sertão do Araripe e Sertão do São Francisco:** Araripina, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Filomena, Ipubi (Araripe); Cabrobó, Lagoa Grande, Afrânio (São Francisco). Enfatizou que a escolha dos municípios não foi aleatória, mas sim embasada em dados do Mapa Cultural**, identificando as regiões com menor acesso aos editais estaduais. Além disso, salientou a importância de capacitar os agentes culturais, conforme mencionado por Yasmim Neves. As ações educativas incluirão a capacitação para acesso a territórios ribeirinhos, quilombolas e indígenas. As oficinas abrangerão o cadastro no Mapa Cultural, as inscrições e a elaboração de projetos, o conhecimento sobre editais da Secretaria e da Política Nacional de Blanc, e a prestação de contas (incluindo o Programa Cultura Viva). Sobre o balcão de atendimento, explicou que será um atendimento mais

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

individualizado, onde os agentes territoriais da empresa contratada esclarecerão dúvidas sobre o Mapa Cultural e os editais, auxiliando no preenchimento de formulários e na anexação de documentos. Mencionou que a Secretaria, através do núcleo de apoio aos municípios, também sensibilizará os gestores culturais dos municípios do entorno para mobilizarem seus agentes a participarem das ações, mesmo que os eventos ocorram em cidades vizinhas. Questionada sobre a divisão do valor do chamamento, Carol Zirpoli esclareceu que o valor de R\$ 1.199.400,00 se refere à totalidade do serviço, que abarca todos os custos (logística, pagamento de profissionais, etc.). Explicou que o valor foi definido com base em pesquisa de mercado e cotações de empresas que prestam serviços similares, sendo uma média das propostas recebidas. A empresa contratada será responsável por todos os encargos, mas o chamamento público conterá exigências, como a priorização da contratação de agentes culturais dos próprios municípios e a comprovação de capacidade técnica. A Secretaria acompanhará e fiscalizará as ações da empresa contratada. **Yasmim Neves** esclareceu que o processo possui duas etapas. A primeira etapa, já concluída, visou determinar o preço do serviço. Informou que, em conversa com a PGE, a Secretaria foi orientada a lançar um chamamento para coletar propostas, o que resultou no valor de R\$ 1.200.000,00. Explicou que, após essa fase, o processo será encaminhado à PGE para análise da legalidade, e somente após o retorno positivo da PGE, a Secretaria poderá lançar um edital de chamamento público. Este edital convocará as empresas a apresentarem seus projetos, que incluirão um plano de trabalho detalhando como pretendem atender às necessidades estabelecidas. Ressaltou que o edital exigirá que as empresas comprovem sua capacidade técnica para realizar as formações presencialmente e virtualmente, e que também priorizem a contratação de agentes territoriais do próprio município ou região. Essa medida visa potencializar os territórios, aproveitando a expertise local. Embora não pudesse detalhar todas as regras, garantiu que os critérios estarão bem explicados no documento oficial. Afirmou que a intenção é atrair profissionais, fazedores de cultura e empresas que estejam alinhados com essa construção. Mencionou que, ao contrário de outros estados que optaram pela contratação direta, a Secretaria priorizou a segurança do recurso público. Para garantir a maior participação possível, o chamamento será divulgado nas redes sociais da Secretaria, no Mapa Cultural e no Cultura PE. Por fim, Yasmim Neves informou que a busca ativa é uma das tarefas previstas no Plano Anual de Repasses (PAR) de 2024, e que o recurso para essa ação provém dos 5% da

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

operacionalização da PNAB de 2024, já disponível em caixa. Esclareceu que, para a PNAB de 2025, um novo PAR será elaborado e apresentado ao conselho. Confirmou que o Ministério validou a utilização desses recursos, uma vez que mais de 60% já foram utilizados e não há obrigação de prestação de contas anterior para essa porcentagem. **Cleonice Maria** iniciou sua fala expressando a importância e a sua cobrança pessoal por iniciativas de capacitação e orientação para os fazedores de cultura em Pernambuco, visto que isso contribui para a solidificação da lei. Mencionou ter sentido falta desse tipo de trabalho no ano anterior, mas demonstrou satisfação com a iniciativa da Secult para o ano corrente. Direcionou algumas perguntas a Yasmim Neves, baseadas nas apresentações anteriores. Questionou se os chamamentos para pesquisa já estavam ocorrendo, pois sua produtora havia participado duas vezes sem sucesso, e agora entendia que se tratava de uma fase de pesquisa. Perguntou, então, que tipo de empresa operadora pode participar do chamamento público e se a empresa contratada poderia participar dos editais da PNAB, já que seu trabalho seria de capacitação e não de execução direta dos recursos. Cleonice Maria também demonstrou preocupação com a dimensão do projeto, que abrange 45 municípios, e solicitou informações sobre o cronograma de execução, questionando o tempo previsto para a realização das ações. Adicionalmente, levantou a questão da qualificação dos profissionais que atuarão nas capacitações, defendendo a inclusão de produtores com experiência na área. Fez um adendo para que essa exigência de contratação local não seja "amarrada" no documento, pois poderia dificultar a execução em regiões onde não se encontram profissionais qualificados, impedindo a contratação de pessoas de outras regiões do estado. Mencionou o trabalho anterior realizado pelo Sesc, semelhante a este, que não obteve o alcance esperado e deixou a desejar, reforçando sua expectativa de que o projeto atual tenha a força necessária para promover a formação dos fazedores de cultura no estado. Por fim, destacou a importância do debate no conselho para que o processo seja referendado com conhecimento, evitando reclamações futuras sobre decisões não discutidas. **Yasmim Neves** respondeu que o momento atual representa uma construção coletiva, na qual o conselho tem a responsabilidade de avaliar os processos desenvolvidos pela Secult em relação à PNAB. Acreditava que esse movimento já estava em curso desde o ano passado, sendo confirmado agora com a apresentação dos pontos. Expressou a expectativa de que a empresa vencedora consiga atender aos 45 municípios, e que a Secult atuará em estreita colaboração com ela, pois a empresa

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

carregará o nome do Governo do Estado de Pernambuco, exigindo responsabilidade na entrega. Explicou que o chamamento público visa empoderar a sociedade civil e seus representantes na construção do projeto, dividindo as tarefas com o governo. Quanto à contratação de profissionais dos próprios territórios, Yasmim Neves acreditava que não haverá problemas para encontrar profissionais qualificados. Ressaltou que, caso a empresa vencedora não encontre um agente territorial ou profissional com a capacidade técnica necessária em um determinado local, isso poderá ser negociado com a equipe da Secult, o jurídico, e a Getec. Pontuou que essa priorização é um desejo e um critério de avaliação, mas não uma regra rígida, e a ideia é potencializar os territórios e criar mecanismos de acessibilidade e diálogo. Informou que empresas com e sem fins lucrativos podem participar, conforme o marco regulatório. Reconheceu que a empresa de Cleonice Maria havia apresentado propostas anteriormente, mas explicou que o processo inicial de 2024 foi interrompido e retomado com as orientações da PGE, sendo a primeira fase destinada apenas à captação de propostas para embasar o atual chamamento público. A previsão de execução é de seis meses, e, caso a PGE não altere o prazo, a expectativa é finalizar o processo no mês atual e iniciar as atividades em julho. Em relação à participação da empresa contratada nos editais da PNAB, Yasmim Neves conversou com a equipe jurídica e, pelo entendimento da Secult, nem a empresa nem as pessoas contratadas poderiam concorrer aos editais, devido ao privilégio de informações. Contudo, informou que essa questão será formalmente questionada à Procuradoria Geral do Estado e a resposta estará explícita no edital de chamamento público. Esclareceu que a empresa terá um diálogo direto sobre os editais, seus objetos e valores, pois o balcão de atendimento deverá responder a quaisquer dúvidas dos agentes culturais sobre o edital. **Rafael Farias** expressou sua intenção de abordar alguns questionamentos que lhe foram feitos e, em seguida, passar para o próximo ponto de pauta, caso a discussão sobre o tema atual fosse considerada encerrada. Ele compreendeu que o objetivo principal da presente reunião era a apresentação do valor da contratação, e que detalhes mais específicos do plano de trabalho seriam discutidos posteriormente. Afirmou que o conselho havia tomado ciência do valor e que, em sua opinião, ninguém questionaria a iniciativa, pois se tratava de uma antiga demanda do conselho: a realização de busca ativa e capacitação para fazedores de cultura em todas as regiões do estado. Reafirmou o objetivo de capacitar mais agentes culturais, ampliar o acesso aos editais e fazer com que o processo chegue à ponta, alcançando aqueles que vivem da cultura. Por

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

fim, abriu a palavra para outros conselheiros que desejassem se manifestar antes de prosseguir com seus questionamentos a Yasmim Neves. **Yasmim Neves** solicitou que o conselho elaborasse uma nota afirmando que a apresentação foi realizada, que estavam de acordo e que validaram o proposto, a fim de possibilitar o encaminhamento do processo à PGE. Ofereceu-se para enviar um modelo de nota para que o Presidente pudesse assinar, e pediu que a ata da reunião fosse anexada ao processo. **Rafael Farias** concordou em elaborar a minuta da nota, que seria enviada ao grupo. No entanto, sugeriu que a votação fosse realizada imediatamente, dado o quórum presente, para evitar prolongar o processo com uma nova discussão no grupo. Após a verificação do quórum, Rafael Farias propôs que apenas os votos contrários fossem manifestados para agilizar a votação, dada a hora avançada. Esclareceu que o Conselho estava validando o valor e os municípios apresentados, e não o plano de trabalho em detalhes. Confirmou com Yasmim Neves que a validação se referia ao valor e aos municípios que já haviam sido compartilhados no grupo. Como não houve manifestação de votos contrários ou abstenções, Rafael Farias considerou o documento aprovado pelo conselho, solicitando que Yasmim Neves enviasse a minuta para sua assinatura, garantindo assim um processo mais célere para a próxima etapa. **Rafael** passou para outro ponto de pauta, aproveitando a presença do quórum para propor a discussão de um documento referente a uma nota emitida pela Secretaria de Cultura. Ele leu a nota, que informava ter recebido uma representação externa do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE) com medida cautelar, relacionada a um procedimento de apuração de possíveis irregularidades na seleção de propostas do edital Geral de Fomento a Iniciativas Artísticas Culturais (Edital nº 03/2024). A nota esclarecia que os pagamentos referentes aos suplentes já haviam sido empenhados, mas estavam temporariamente suspensos aguardando a deliberação final do TCE, reafirmando o compromisso da Secult com a transparência e legalidade. Rafael considerou a nota pouco objetiva, principalmente por mencionar "uma cidadã" sem mais detalhes, o que o levou a entender que alguém supostamente entrou na justiça com uma medida cautelar que bloqueou os recursos da PNAB destinados aos pagamentos dos suplentes. Ele relatou ter recebido uma demanda imensa de suplentes que se sentiram prejudicados, pois são a parte mais frágil da PNAB e, após a expectativa de receberem os recursos, tiveram seus pagamentos suspensos. Expressou seu entendimento de que a medida não foi tomada pela Secult, mas sim decorrente de uma ação judicial e da medida cautelar do TCE. Solicitou esclarecimentos da

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

Secretaria ou da própria Yasmim Neves sobre o ocorrido e a posição atual. Manifestou surpresa com o poder da cidadã ou com a suposta magnitude da irregularidade, dado que uma única pessoa conseguiu uma medida cautelar do tribunal para bloquear pagamentos de todos os suplentes, o que, para ele, indicaria um valor significativo envolvido no projeto dessa cidadã. Manifestou o desejo de ouvir a explicação da Secult antes de propor uma medida do conselho, pois já havia sido procurado por 16 suplentes de diversas regiões do estado, que se sentiam prejudicados e pediam que o assunto fosse levado ao conselho. Reiterou o pedido de esclarecimento a Secretaria. **Ana Paula Jardim** saudou a todos e iniciou sua fala esclarecendo que 198 suplentes do edital de multilinguagem estavam com os pagamentos suspensos, enquanto os demais contemplados pela PNAB já haviam recebido seus recursos. Explicou que, no momento em que a Secretaria estava para disponibilizar o pagamento aos suplentes, receberam uma notificação do Tribunal de Contas (TCE) devido a uma representação de uma cidadã. Afirmou que essa cidadã não era uma agente cultural ou produtora e que o processo não corria em segredo de justiça. Para Ana Paula, essa cidadã estava apenas tentando "tumultuar" o processo, pois possivelmente seria a mesma pessoa que já havia enviado numerosos e-mails e feito denúncias ao próprio TCE. Ressaltou que a Secretaria não tinha nada a esconder, e que a nota foi emitida para esclarecer à classe cultural que a retenção dos valores não era uma ação da Secult, pois o dinheiro já estava empenhado. Informou que a Secretaria respondeu ao TCE em 48 horas, anexando toda a documentação solicitada, e que estavam tentando agendar uma audiência para explicar o processo, pois o sistema de rastreamento é complexo e de difícil compreensão apenas por documentos. Mencionou que, em uma ação anterior da mesma cidadã, um auditor do TCE havia entendido a situação após uma explicação presencial. Expressou a crença de que algumas pessoas que sempre acessavam recursos agora não desejavam que outras pessoas recebessem, especialmente considerando que a PNAB estava alcançando indivíduos no sertão que nunca haviam recebido recursos antes. Isso era visto como um "judicialismo", e, como advogada, Ana Paula afirmou que a Secretaria estava de mãos atadas, dependendo do julgamento da medida cautelar, apesar de estar buscando o TCE para agilizar. Sugeriu que o conselho e a sociedade civil adotassem uma medida que resguardasse apenas o valor do projeto da proponente que entrou com a ação, mas que liberasse o restante dos pagamentos. Alertou para o prejuízo maior que a suspensão causaria, especialmente em junho, mês dos festejos juninos. Contudo,

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

reiterou a Rafael Farias que a Secretaria não tinha mais o que fazer a não ser aguardar o julgamento. **Cleonice Maria** expressou seu lamento pela situação, sem julgar a pessoa responsável, mas enfatizando que a ação atrapalha o processo de execução dos projetos e o recebimento dos recursos pelos suplentes. Mencionou ter sido cobrada sobre a demora nos pagamentos e questionou a paralisação causada pela ação dessa cidadã. Discordou parcialmente de Ana Paula Jardim sobre a ideia de que pessoas habituadas a aprovar projetos não desejam abrir espaço para outros. Para Cleonice, muitas pessoas que vivem exclusivamente da cultura dependem desses projetos, e é preciso entender a gravidade do problema que causou o embate e o atraso. Reforçou que, embora não saiba o motivo da denúncia, lamentava o prejuízo causado àqueles que aguardam o recurso para executar seus trabalhos e garantir sua renda, inclusive para o imposto de renda. **Ana Paula Jardim** buscou esclarecer sua fala anterior, afirmando que talvez não tenha se posicionado corretamente. Explicou que sua observação se referia a casos em que pessoas acostumadas a ganhar criticam a inclusão de novatos, como indígenas, que estão recebendo recursos pela primeira vez. Expressou surpresa e admiração negativa com discursos que se opõem aos resgates e à democratização do acesso à cultura. **Rafael Farias** considerou importante ter acesso ao processo, mas priorizou o destravamento dos pagamentos para os 196 suplentes prejudicados. Propôs que o Conselho elaborasse uma minuta para ser colocada em votação, solicitando ao Conselheiro do Tribunal de Contas, Dr. Rodrigo Novaes, maior celeridade na decisão. Colocou em votação a proposta de o conselho encaminhar um documento ao Dr. Rodrigo Novaes pedindo celeridade na decisão para não prejudicar os 196 artistas suplentes. Solicitou que os contrários se manifestassem. Como não houve votos contrários, a proposta foi aprovada por unanimidade. Rafael Farias informou que enviaria a minuta para a secretária Amanda Carneiro encaminhá-la diretamente ao gabinete do Conselheiro Rodrigo Novaes e também uma cópia para a Secult. Justificou a urgência pela necessidade de não prejudicar tantos artistas que dependem desses recursos para sobreviver, não apenas para o São João, mas para a própria continuidade de suas atividades e da cadeia produtiva cultural. Sugeriu que, se possível, o valor do projeto da proponente denunciante fosse resguardado, mas que o restante fosse liberado. Criticou a demora na decisão do Conselheiro, dado que a Secult respondeu rapidamente (em 48 horas). Pediu a Yasmim Neves e à Cacau de Paula que se esforçassem ainda mais para destravar a situação, visando encerrar os pagamentos da PNAB 2024. **Rafael** passou para o

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

próximo ponto de pauta, a eleição do CEPC. Mencionou a necessidade de definir os próximos passos para a comissão eleitoral. Informou que havia agendado uma reunião com a Secult para terça-feira, mas solicitou que a reunião fosse remarcada para quarta-feira, coincidindo com a reunião ordinária do conselho, a fim de facilitar a participação dos conselheiros do interior. Explicou que a reunião na quarta-feira à tarde seria para ele, com a ajuda do governo, entender o processo já realizado para as comissões setoriais. Reconheceu que o conselho estava com dificuldades em algumas questões, referindo-se às comissões. Lembrou que já existia uma comissão eleitoral, mas que esta era para as eleições das comissões setoriais. Esclareceu que, para a eleição do CEPC, que definirá o próximo mandato a partir de outubro, conselheiros titulares que se candidatassem não poderiam fazer parte da comissão eleitoral. Também explicou que conselheiros titulares que já estivessem em seu segundo mandato não poderiam se candidatar novamente. Como exemplo, citou sua própria situação, onde, como suplente na legislatura anterior e titular na atual, poderia se candidatar novamente, mas não participar da comissão eleitoral caso decidisse concorrer. Ressaltou a necessidade de formar uma comissão eleitoral paritária e que o governo precisava auxiliar nessa pauta, pois a eleição do conselho é regimental e o conselho precisa funcionar. Adicionalmente, mencionou que a próxima reunião ordinária teria como pauta a PNAB, com a apresentação das devolutivas enviadas a Yasmim. Abriu a discussão para que os conselheiros se manifestassem e pediu ao governo para falar sobre o assunto, a fim de encerrar a reunião. **Yasmim Neves** retornou a Rafael Farias confirmando que Ana Paula poderia atendê-lo na quarta-feira pela manhã. Assim, na quarta-feira de manhã seria a reunião sobre a eleição do conselho, e na quarta à tarde, seria a discussão sobre a PNAB 2025. Yasmim esclareceu que não apresentaria os pontos da PNAB 2025 na reunião de quarta-feira, mas sim as datas e as devolutivas dos 42 pontos anteriormente levantados. A intenção era acertar as datas de apresentação para que o conselho pudesse validar e dar prosseguimento. Sugeriu que o conselho aproveitasse a reunião de quarta-feira para definir os recortes desejados para a PNAB 2025, como o edital de internacionalização, que já estava no radar da Secretaria, e o edital de multilinguagens com categorias por linguagem, visando evitar problemas como os ocorridos anteriormente em relação à quantidade de projetos. **Rafael Farias** informou que se reuniria com Ana Paula na manhã da próxima quarta-feira para discutir e trazer a devolutiva do calendário das eleições, além de formar a comissão eleitoral. Perguntou se havia alguma objeção à formação

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

da comissão eleitoral na próxima reunião ordinária. Não havendo manifestações contrárias ou abstenções, declarou que a comissão eleitoral seria formada na próxima quarta-feira, durante a reunião ordinária do conselho. Em seguida, abriu a palavra para informes, sendo Yasmim Neves a primeira a se manifestar. **INFORMES.** **Yasmim Neves** iniciou sua fala enfatizando a importância do respeito como base de tudo, tanto para ser respeitado quanto para respeitar o próximo. Ressaltou que os profissionais da Secretaria de Cultura (Secult), sejam comissionados, terceirizados ou servidores, estão ali prestando um serviço ao estado e à sociedade. Reconheceu que sempre haverá divergências e pontos a melhorar, como em qualquer instituição. Contudo, expressou sua insatisfação com o tipo de mensagens e a falta de respeito que os profissionais da Secult vêm recebendo, especialmente por parte de membros da sociedade civil que não acessaram determinados recursos ou editais. Afirmou que a Secult sempre busca atender e sanar dúvidas ou problemas, mas que o diálogo precisa ser saudável. Reiterou que a violência, seja ela física, direcionada ou verbal, não é aceitável, mencionando recortes muito pessoais de profissionais da Secult em relação a alguns indivíduos da sociedade civil. Pediu ao Conselho que reverberasse a mensagem de que o respeito é fundamental, e que os profissionais da Secult, que trabalham coletivamente em nome da instituição, sejam respeitados. Mencionou que já havia conversado com Rafael Farias sobre o assunto e solicitou que os demais conselheiros também abracassem essa pauta e a repassassem a seus respectivos setores e grupos. Adicionalmente, trouxe outro ponto para o conselho, relacionado a uma publicação. Reafirmou que, em abril, a Secult identificou um problema com a empresa terceirizada de contabilidade no repasse de informações à Receita Federal sobre a taxa de imposto de renda. Esclareceu que essa questão foi resolvida em abril, mas que em 30 de maio, último dia para o envio da declaração de imposto de renda, coletivos da sociedade civil publicaram informações como se a Secult ainda estivesse com erros, o que poderia causar problemas nas declarações. Yasmim Neves enfatizou que a Secult tomou conhecimento do problema no início de abril e, em três dias úteis, sanou todas as pendências. Os informes à Receita Federal foram retificados, garantindo que todos os valores de impostos deduzidos por CPF e CNPJ estivessem exatos. Concluiu que a questão foi corrigida em tempo hábil e oportuno, e pediu que, caso alguém ainda tivesse problemas de identificação, entrasse em contato pelos canais oficiais da Secretaria para ser direcionado à intendência financeira, que trataria cada caso individualmente, pois

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025

tudo estava resolvido. **Nivaldo Jorge** solidarizou-se com Yasmim e toda a equipe da Secult, afirmando que qualquer fazedor de cultura, em qualquer momento, pode estar em uma gestão pública cultural. Compartilhou sua experiência durante a pandemia, quando sua Secretaria Municipal em Ilha de Itamaracá, que nunca havia recebido recursos para a cultura, foi agraciada com verbas, destacando a dificuldade da gestão. Ressaltou que profissionais da cultura podem ser convidados a integrar secretarias municipais ou estaduais por serem capacitados. Corroborou a fala de Yasmim Neves sobre o limite dos direitos e a importância do respeito mútuo. Sobre as eleições, enfatizou a necessidade de assessoria jurídica no processo de formação da comissão eleitoral. Embora o Presidente tenha oferecido uma explicação clara, Nivaldo Jorge defendeu que o processo eleitoral deve seguir uma jurisdição. Propôs que, na próxima reunião, houvesse a presença de um representante jurídico para garantir um processo transparente e eficaz. **Marcelo de Ogum**, conselheiro representante do setor circense, denunciou que diversas prefeituras, principalmente na Região Metropolitana, estavam aprovando leis que proibiam a instalação de circos e parques em terrenos públicos, o que inviabilizava a atividade. O conselho, por sua vez, comprometeu-se a discutir a elaboração de uma nota de repúdio sobre o assunto. **Ana Paula Santana** solidarizou-se com a equipe da Secult e pediu o aval do Conselho para representá-lo como parecerista nas avaliações dos editais de São João que ocorreriam no dia seguinte em Camaragibe. Ela destacou sua identidade com a cultura popular e sua intenção de representar tanto essa vertente quanto o próprio Conselho. Reiterou sua solidariedade a todos que trabalham com ética na cultura, especialmente à cultura popular, que, segundo ela, é frequentemente desvalorizada. Enfatizou que o objetivo de todos na cultura é o mesmo, e que, em qualquer posição, o profissional deve ser respeitado dentro da cadeia produtiva. Rafael Farias abriu a votação, e Ana Paula obteve a aprovação do conselho para representá-lo na cidade de Camaragibe. **Amanda Carneiro** informou que estava compartilhando um convite no grupo do CEPC, recebido por e-mail, sobre a estreia da quadrilha Raio de Sol Mirim. O evento ocorreria no domingo, 8 de junho, às 18h, no Teatro Santa Isabel. Pediu que conselheiros interessados em comparecer a avisassem (ou alguém de sua equipe na Casa dos Conselhos) para que os nomes fossem enviados e os ingressos gratuitos fossem reservados. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme,

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA
CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025**

será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Rafael Farias Almeida (**Presidente**)

Augusto Ferrer de Castro Melo

Nivaldo Jorge Machado

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Carlos Eduardo Sales de Melo

Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva

Ana Paula de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA
CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/06/2025**

Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silva

Roberto Gercino

Felipe Moura

Josenildo Sinésio

Ianne Raíssa de Sousa Galvão

Francisco Sidney Rocha de Oliveira

Natália Oikawa

Renato Fonseca